

**Secretaria Geral****REQUERIMENTO N° 040**

*Requeiro a Mesa nos termos regimentais vigentes, ouvido o plenário, a realização de uma Audiência Pública, para discutir o procedimento de apuração, liberação e aplicação dos recursos referentes às parcelas calculadas de forma equivocada em relação aos valores do Fundef e do Fundeb. Esses recursos deveriam ter sido destinados aos municípios, bem como a situação dos professores municipais e estaduais.*

Senhor Presidente,

O cálculo do valor base para a complementação da União ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi, por muitos anos, realizado fora das normas constitucionais e legais que regiam o fundo. Essa situação foi reconhecida pela Justiça, o que gerou um “passivo do Fundef”, com a destinação dos recursos devidos aos entes que deveriam ter sido beneficiados, por meio de precatórios.

Além de debater a liberação dos recursos, a audiência pública tem o objetivo de esclarecer a forma como o município deverá aplicar essas verbas para evitar incorrer em procedimentos que sejam caracterizados como desvio de finalidade.

Outra pauta é a situação salarial dos professores da rede estadual e municipal com relação aos salários e plano de carreira.

Para essa audiência convidaremos: o secretário de Educação, secretário de Administração, secretário de Finanças, APLB/ Sindicato, Sindicato do Magistério Público Municipal, Ministério Público.

É como encaminhamos o presente Requerimento.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 15 de abril de 2019.

  
**Coriolano Moraes**  
Vereador/PT